

# A BATALHA

Director: JOSÉ S. SANTOS ARRANHA  
Editor: CARLOS MARIA COELHO  
Propriedade da CONFEDERAÇÃO  
GERAL DO TRABALHO  
Aderente à Associação Internacional  
dos Trabalhadores  
Assinaturas: Incluindo o suplemento se-  
manal, Lisboa, mês 9\$50; Província, 3 me-  
ses 28\$50; África Portuguesa, 6 meses  
70\$00; Estrangeiro, 6 meses 110\$00.

## Os alunos, os pais e os professores

Os pais dos alunos dos liceus verificaram que seus filhos pouco aproveitavam da sua frequência escolar. Esta falta de aproveitamento não é recente, é velha. Um dos grandes problemas escolares a resolver é precisamente esse, o do aproveitamento. Antigamente julgava-se que o aluno aproveitava tanto mais quanto mais tempo se conservasse na escola, sob a severa vigilância do professor. Hoje o critério é diferente. O aproveitamento depende mais da competência do professor do que das longas horas de clausura numa aula soturna.

Mas, neste caso, os pais dos alunos que reclamaram junto do ministro da Instrução alegam que aos professores cabe a responsabilidade do desperdício do tempo dos alunos. Os professores faltam às aulas, descumram a vigilância sobre as crianças, numa palavra, não estão para se ralar.

Os alunos, sentindo-se à vontade, sem grandes preocupações de estudo, entregam-se aos jogos adextrando-se nos jogos próprios da sua idade e até mesmo naqueles jogos proibidos que nem aos adultos são aconselháveis.

Por sua vez, os professores não são bem pagos, vendo-se na dura necessidade de angariar com lições e explicações particulares o que lhes falta para seu sustento. Esse excesso de trabalho leva-os à falta de atenção pelas suas obrigações.

De tudo isto se depreende que a instrução em Portugal é ainda deficiente na sua organização porque a incompetência descendo do ministério respectivo atinge os professores e porque a má paga justifica exuberantemente o desleixo destes últimos.

Os lesados são sempre os alunos e os pais destes, que por vezes se sacrificam para ver seus filhos educados, o que nem sempre conseguem como neste momento se está verificando.

## Notas & Comentários

### Moral iníqua

O jornal que fez todo o possível por desviar de Augusto Gomes as naturais suspeitas que sobre ele recaíam de ter sido o autor do assassinio de Maria Alves, agora que o criminoso está nas garras da justiça já não o poupa. Presentemente ultrapassa tudo quanto há de repugnante no combate ao que já não se pode defender. Publicava ontem um artigo infame, só porque Augusto Gomes num passeio que deu há tempos a Granada se fez fotografar, por brincadeira, vestido de rei mouro acompanhado de uma escrava. A moral daquela gazeta é repugnante: defende os criminosos enquanto estão à solta, ataca-os quando estão a ferros.

### Norton de Matos

Fala-se com uma certa insistência na ida do general Norton de Matos para o alto comissariado de Angola. E parece que realmente nas alforjas políticas se pensa em comer mais esse crime. Norton já foi experimentado no governo de Angola. A sua administração foi ruínoza e contribuiu bastante para o estado lamentável daquela província ultramarina. Elevar novamente Norton de Matos à situação de Alto Comissário é retenciar num erro e sancionar todas as atrocidades que ele, despotas intoleráveis, cometeu em África. O sangue que ele fez correr ainda não secou, ainda está quente.

## Está iminente a greve dos mecânicos londrinos

LONDRES, 16.—As negociações entre o Sindicato dos Mecânicos e a Federação Patronal, relativas ao aumento de salários, fracassaram. Em consequência deste fracasso, o Sindicato dos Mecânicos prepara uma greve no distrito de Londres, a fim de obter um aumento de 20 shillings.

## Os rifenhos vão aceitar um tratado de paz

LOUDJAN, 17.—O general Mougin começou as negociações preliminares com Azer Kan, caid Haddou. Segundo as primeiras impressões do general Mougin sobre as intenções de Abd-el-Krim, o general Simon julgara-se de apto a ir hoje aos arredores de Tauriz conferenciar com os delegados rifenhos. A data da abertura da conferência depende das últimas hesitações de Abd-el-Krim.

## A Inglaterra descontente com o tratado russo-alemão

LONDRES, 16.—O embaixador da Alemanha Chamberlain conferenciou acerca do projecto de tratado russo-alemão. Os meios autorizados britânicos limitam-se a declarar que o governo inglês lamenta que Moscou e Berlim negociem um tal tratado. Os meios alemães de Londres, por outro lado, asseguram que se trata simplesmente dum tratado de boa vizinhança.

## Um volumoso processo para provar sem provas a inocência dos Inocências

Está prestes a terminar o seu mandato o conselheiro Alves Ferreira. O trabalho está quase pronto. Nós aguardamos a confirmação plena das nossas afirmações durante meses de intensa e justa campanha. Os leitores vão ver. O conselheiro vai tentar por todos os meios provar que só são falsários os do Banco Angola e Metrópole, que Alves Reis foi a alma danada do negócio, que José Bandeira era o seu braço direito e que aquela gentinha do Banco de Portugal está toda inocente. Ele provará mais uma vez, com aquela exuberância de palavras que já lhe conhecemos, que as assinaturas do celebre contrato são todas falsas, exceptuando a de Alves Reis que há toda a conveniência em que seja verdadeira para provar que as outras são falsas.

Ele fará ainda acusações a Marang que está longe, em Haia, mas no fim de contas, examinados os vintinhos volumes compactos do terrível processo, verificar-se há que lhe falta o documento principal: o contrato, o celebre contrato com o Banco de Portugal que permite ao Banco de Angola e Metrópole a sua interferência na emissão clandestina das notas de 500 escudos. O processo terá tudo. O conselheiro não esqueceu, senão um pormenor insignificante: o elemento base, o que pode servir de acusação esmagadora para os homens do Banco de Angola e Metrópole: o celebre contrato.

E vão cair por terra os belos castelos de inocência onde ele encerrou os homens do Banco de Portugal que toda a gente sabe serem capazes de todas as fraudes e de todas as desonestidades.

O sr. conselheiro deve ter-se esquecido de inquirir da vida de Inocência Camacho, cujo passado e presente os leitores da Batalha conhecem tão bem como os seus próprios dedos; olvidará também fazer um pequeno inquérito ao fim das viagens do sr. Mota Gomes e das conferências que teve com Alves Reis.

Decerto o sr. Alves Ferreira, que é arguto e vê tudo, sabe tudo, compreende tudo, não viu, não soube, não compreendeu o motivo porque foi há dias à Holanda o sr. Fernando Emídio da Silva, director do Banco de Portugal. Zeria por causa da falência da Sociedade Comercial da Guiné, de cuja direcção fazia parte e cujo processo escandaloso se encontra no Tribunal do Comércio?... Não nos consta que a falida Sociedade Comercial da Guiné tivesse negócios tão avultados na Holanda que implicassem a ida do sr. Fernando Emídio da Silva àquele país; não nos consta. O mais natural é que essa viagem fosse provocada pela necessidade que o Banco de Portugal tem de continuar a ser inocente na questão das notas, sob o governo do Inocência das águas inquinadas do Monte Bazo.

Nós sabemos, por exemplo, que os homens do Angola e Metrópole tiveram relações com vários directores do Banco de Portugal, sem ser com o Inocência e Mota Gomes.

Acaso o sr. conselheiro averiguou este facto? Não, não averiguou nada. Averiguou apenas que as assinaturas do contrato não passavam de grosseiras falsificações. Averiguou, mas não prova. Onde tem o sr. conselheiro o elemento de prova que é o contrato?

Se o conselheiro averiguasse da vida particular de certos financeiros e políticos, talvez encontrasse elementos valiosos para o esclarecimento do caso Angola e Metrópole. Mas o sr. Alves Ferreira não averigua. Seria perigoso. Vamos que, sem querer, descobria que certos políticos vivem aí, à tripa fora, de dinheiros que não se sabe de onde vêm? Admitamos que ia encontrar o sr. António Maria da Silva, em companhia alegre e equívoca num restaurante «chic» do Chiado, onde durante a noite vai frequentar vezes? Que faria o sr. conselheiro perante uma descoberta tão grave? Sim, que faria ele que foi incumbido pelo António Maria de não ver nada, de nada descobrir?

Dentro de poucos dias será entregue na Boa Hora o volumoso processo do Angola e Metrópole. Os leitores vão ver: o volumoso processo — não é nada.

## A CRISE DUM IMPERIO

## Os gravíssimos aspectos da questão social ameaçam a Grã-Bretanha de tremendas convulsões

Além do partido trabalhista, existe na Grã-Bretanha o partido comunista, que conta um pequeno número de filiados. Dos leaders de antes da guerra apenas tem o sr. Tom Mann, estimado por todos, amigos ou adversários, por ser um homem pleno de austeridade e rectidão.

Para um observador superficial, o comunismo não existe na Grã-Bretanha. Para um observador que aprofunde todas as cousas até ao âmago, o comunismo é aqui mais influente que em França. E' o sol da terra trade-unionista, o fermento que acciona a gente de roda e linha, a multidão dos leaders locais. A influência do partido comunista será maior na Grã-Bretanha se a política da Internacional moscovita for menos confusa, mais compreendedora da psicologia ocidental, principalmente da psicologia britânica.

O contrário, como se faz, só torna possível que a política da luta de classes, que coloca o partido comunista na intimidade do movimento operário inglês, se volte contra os leaders que se encontram à frente de inúmeras trade-unions e contra os leaders parlamentares da esquerda e da extrema esquerda do partido trabalhista. A política dos comunistas vem sendo eficazmente auxiliada pela política reacçãoária do patronato britânico que já anteriormente explicamos.

No seio dos trade-unions e do partido trabalhista, as tendências da direita e da esquerda, isto é, as da colaboração de classes e as da luta de classes, defrontam-se. A esquerda triunfou no congresso de Scarborough e no campo sindical, mas, no congresso de Liverpool, em pleno campo político, triunfou a direita, completamente. Os comunistas foram excluídos do partido trabalhista, mas foi uma exclusão platónica, porque a gente de roda e linha ainda não efectuou essa exclusão.

Se os membros da Igreja inglesa enfileiram no partido conservador, também o partido trabalhista acolhe uma multidão de cristãos que professam as mais diversas seitas: wesleyan, quakers, prebiterianos, etc., havendo poucos ateus, ou quem se afirme tal, poucos livres-pensadores, pois a maior parte dos socialistas, liberais, conservadores, pertencem a corporações religiosas. A moral cristã penetrou profundamente nos seres e é em seu nome que inúmeras pessoas são comunistas ou socialistas.

## Raciocínios determinados pela lógica dos acontecimentos

Conhecida a situação dos partidos e o estado dos espíritos, compreende-se facilmente porque é tão áspero o antagonismo entre operários e patrões. A batalha vai desencadear-se em Maio, a pretexto da questão das minas. A comissão de estudo já apresentou o seu relatório, que não satisfaz os patrões e descontentou os operários. O relatório aconselha a extinção do imposto de realty—direitos que se pagam aos proprietários das terras, quasi todos

duques, condes e lords de antigas famílias da nobreza. Insinua a diminuição de salários, premeando o aumento do número de horas do trabalho, e o enfraquecimento da força operária aconselhando a substituir os acordos regionais por um acordo nacional entre patrões e operários.

Actualmente, os partidos em causa, e mesmo o governo, estudam o relatório e as sugestões que neles se fazem. Se não houver acordo entre os partidos, a guerra estala na primeira semana de maio. Será uma greve geral, porque a quadrupla aliança de ferroviários, maquinistas, dockers e mineiros, a proclamará e toda a massa operária acompanhará os grevistas. O aprovisionamento do proletariado será garantido pelas cooperativas, cuja organização é formidável.

A greve geral impedirá as descargas dos navios nos portos, fará paralisar os comboios, o trabalho das fábricas e das manufacturas, e faltará luz, a água e os electricos nas cidades. Numa palavra, será a momentânea interrupção da vida industrial e comercial e da vida urbana. Ora, pelo menos, três quartas partes da população britânica é urbana.

Na Grã-Bretanha, a greve geral toma o aspecto duma revolução social. Se o patronato e o governo quiserem furar a greve com o esforço dos amarelos recrutados entre os operários, a juventude burguesa e fascista, empregando os soldados nos transportes-automóveis, então, a greve pacífica redundará depressa numa greve violenta. A vitória será dos operários, porque são o maior número e os melhor organizados. E por meios violentos o proletariado poderá assaltar o poder.

Mas não pensamos que tal se dê. E' possível que se chegue a um acordo, que satisfaga em grande parte os operários, mantendo-se o statu quo para os salários e duração do trabalho e resgatando a realty aos proprietários do solo. No entanto, este compromisso não resolverá a questão mineira e a questão social em Inglaterra, as quais ficarão no mesmo grau de acuidade, apenas se ganhando tempo.

Se o acordo se torna impossível entre operários, patrões e o governo, este último poderá evitar a greve geral, apelando para o país inteiro a solução a adoptar. Dissolverá o parlamento e procederá a novas eleições. Os trabalhistas irão confiados às eleições, porque delas esperam uma maioria absoluta, e por isso desejam a dissolução do actual parlamento. E assim é, e tudo leva a crer que seja, porque a população não tem já uma sólida confiança no governo conservador, virá a modificar-se inteiramente a política interna da Grã-Bretanha.

A modificação a operar-se declinar-se há para uma tendência socialista, que influirá mesmo na política exterior do império, visto que a esquerda e a extrema esquerda do partido trabalhista inspirarão toda a política e a própria burocracia do ministério dos estrangeiros será mudada inteiramente. A tendência socialista realizará parlamentarmente uma revolução, que será uma réplica da revolução russa dada por diversa manei-

## Uma infâmia

Um sub-delegado de saúde está protegendo um senhorio que condenou os seus inquilinos a morrerem intoxicados

A prosa que vai ler-se, cujo motivo foi ontem encontrado num sórdido prédio da rua do Arco do Carvalhão, é, na verdade, pouco para saborear. Trata-se de um caso, em que se não fosse a falta de compreensão dos deveres de um sub-delegado de saúde, não teria razão de existir. Expliquemos os porquês.

Há cerca de cinco semanas os canos de esgoto que ligam ao coletor e que pertencem aos rés-do-chão do prédio 84-86 da rua do Arco do Carvalhão entupiram-se. Como não foram feitas as necessárias obras os dejectos inundaram as referidas habitações e puzeram em perigo a saúde dos inquilinos daqueles andares.

Como é legítimo os aludidos inquilinos António Nunes Ribeiro, Tibério Caldeira e Joaquim dos Reis, respectivamente, do lado direito e esquerdo do n.º 84 e do rés-do-chão do n.º 86 pediram providências ao senhorio.

Mas quem é o senhorio? O cívico António Casal, polícia ao serviço do sub-delegado de saúde da freguesia de Santa Isabel. Talvez porque o Cabral auxilia o serviço de saúde é que declarou aos inquilinos que o procuraram que não fazia obras e que se viessem queixar a Batalha.

Por ser de uma extrema gravidade a situação das famílias que habitam aquela cloaca, um redactor deste jornal visitou ontem o prédio em questão. O que lhe foi dado verificar encheria uma página deste jornal se outros assuntos não prendessem igualmente a nossa atenção. E essa página seria para revelarmos a protecção que o sub-delegado de saúde dispensa ao guarda ao seu serviço, protecção que vai ao ponto de condenar cerca de uma centena de pessoas à intoxicação que dimana daquele pantano da rua do Arco do Carvalhão.

Melhor do que nós ainda falamos os inquilinos da cloaca, como vai ler-se: Tibério Caldeira diz-nos:

—Eu fiz, na devida altura, a notificação ao senhorio do estado em que se encontrava a casa que habito. Como vê — e com o indicador aponta-nos para um canto da casa — a trampa invade já os meus aposentos. Qualquer dia morro afogado neste mar de...

—E o senhorio o que respondeu? —Que os inquilinos fizessem obras porque ele não estava para isso. Como que cuspiendo o seu desprêzo por nós, inquilinos, disse-me que me fosse queixar à Batalha.

Não pediram providências ao sub-delegado de saúde?

—Pedimos, sim, e ao governador civil. Mas até à data é o que se vê.

António Nunes Ribeiro, que como já foi dito habita o lado direito do rés-do-chão do número 84, está há alguns meses enfermo com uma úlcera no estômago. Suas declarações:

—Queixei-me ao senhorio e ao sub-delegado de saúde. O primeiro disse-me terminantemente que não faria obras; o segundo prometeu mas não cumpriu.

Joaquim dos Reis é um velhote que trabalha sobre aquele canal na loja do 86. Exterioriza assim a sua mágoa.

—Quando posso trabalhar, faço-o sobre esta vala de dejectos, cujo odor nauseia. Já pedi providências, mas elas ainda não vieram.

Outras pessoas confirmam as declarações dos três inquilinos e se não fosse o facto dos inquilinos dos andares superiores fazerem os seus despejos fora das respectivas pisas, a esta hora os pobres inquilinos porventura já não existiriam!

De tudo o que fica dito verifica-se que o senhorio, que também é estabelecido com mercearia na rua de Campo de Ourique, 127, não procede às necessárias obras no cano entupido porque é auxiliar do sub-delegado de saúde e este não está para contrariar o seu amigo.

Agora perguntamos nós: podem os habitantes duma arteria bostante insalubre, como é a do Arco do Carvalhão, estar à mercê do criminoso gesto de um senhorio e do não menos criminoso gesto do sub-delegado de saúde seu cúmplice? Cremos que não!

## LEIAM AMANHÃ O Suplemento semanal DE A BATALHA

SUMÁRIO:  
Em volta dum crime de assassinio. A cartela do jornalista ao serviço da espionagem. Espionismo, por Ladislau Batalha. O sexo na literatura, por Ferreira de Castro. Entre vinhedos e pomares, por Mário Domingues. A prostituição regulamentada, pelo dr. Arnaldo Brazão. Os efeitos do futebol na sociedade portuguesa, por D. Vitória Pais. A revolução soviética, por César Porto. O que todos devem saber. Chico, Zecas & C.ª (com gravuras). A dignidade na política, desenho de Eduardo Faria.

## O raid Madrid-Filipinas

CAIRO, 17. — Um radiograma recebido nesta cidade anuncia que o avião espanhol capitão Esteves foi encontrado, faltando, porém, o mecânico.

ra num meio social diverso. Sentimo-nos dispostos a pensar que as coisas se passam assim, porque doutra forma não seria a lógica dos acontecimentos.

## A Confederação Geral do Trabalho e os Sindicatos Nacionais

### NOTA OFICIOSA

O Conselho Confederal da C. G. T., ao apreciar a «Nota oficiosa» do Comité do dia 1 de Março, aceita como boa a atitude que o mesmo revelou, pretendendo ir de encontro à tentativa dos elementos divisionistas da I. S. V., por reconhecer que esse intuito tendia a manter e mesmo a fortalecer o espírito de unidade do proletariado português, que tão necessário é ao combate quotidiano às forças do capitalismo.

Apreciando os termos da decisão do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha em resposta à citada «Nota», o Conselho Confederal verifica que aquela decisão, impondo condições prévias absolutamente inaceitáveis, revela apenas o desejo de manter o espírito scissionista no seio do proletariado.

A C. G. T. considera, pois, necessário definir a sua atitude perante aquele organismo em face das condições que o mesmo lhe impõe e como resposta à sua comunicação e deseja uma vez mais, e publicamente, demonstrar não só a sem razão daquele organismo como os intuitos que animam os elementos divisionistas que actuam no seu seio.

A C. G. T. não aceita o voto proporcional:

1.º Porque é um princípio falsamente democrático, anti-sindical, que encobre intuitos imperialistas de predomínio duma minoria de sindicatos sobre a maioria;

2.º Porque tendo os congressos nacionais estabelecida a prática da votação por sindicatos, sem a preocupação do valor numérico de cada um, não pode a C. G. T. adoptar sistemas de votação diferentes.

3.º Porque aceitar o sistema de votação proporcional sem o comum concurso dos sindicatos, base constitutiva de toda a organização sindical, seria atentar contra a sua soberania, uma vez que todos estão dentro do mesmo princípio de perfeita igualdade moral nas decisões fundamentais que orientam a organização operária portuguesa.

A posição de Sindicato Nacional que reivindica não pode subsistir à face das resoluções dos Congressos, que são fundamentalmente federalistas.

A C. G. T. não tem, pois, que restituir o que não suprimiu. A posição de «Sindicatos Nacionais» dos organismos dos arsenais foi uma posição transitória, sujeita a posteriores resoluções de carácter nacional.

Um pouco de história documental bastará como elemento de ilicuidação: Antes do Congresso de Coimbra discutia-se no seio da organização sindical se deveriam ou não subsistir os sindicatos mistos, cuja estrutura era contestada pela corrente defensora dos «Sindicatos Únicos». Para aquele congresso foi a questão relegada e tratada em tese especial. Em oposição àquela tese foi apresentado um documento, cuja primeira conclusão era assim concebida:

«Extinguir, como nocivos às federações de indústria, os sindicatos mistos, quer sejam locais, regionais ou nacionais e seja qual for a sua estrutura».

Tratava-se, evidentemente, dos Sindicatos do Pessoal dos Arsenais, considerados mistos por os seus componentes, em virtude de condições de trabalho inerentes à respectiva indústria pertencerem às mais variadas profissões.

Depois de longo debate, o Congresso de Coimbra, na sua 5.ª sessão, votou, arrumando o assunto, a seguinte «questão prévia»:

«O Congresso Nacional Operário é de opinião que os sindicatos mistos, com a organização estrutural que actualmente possuem, prejudicam a organização operária, restringindo o valor da acção dos sindicatos de indústria e respectivas federações; contudo a sua existência deve ser aceite de momento, devendo no entanto a Confederação estimular a organização dos Sindicatos Únicos de Indústria em geral, e em todos os casos auxiliar esta organização especial envidando todos os esforços possíveis».

Em virtude desta resolução e antes que a referida 5.ª sessão terminasse, por um dos delegados dum dos organismos considerados mistos foi feita a seguinte consulta ao congresso:

«Dada a nova estrutura da organização operária, qual é a sua situação confederal no sentido de representação?»

Confiada a resposta ao relator da tese sobre organização, este respondeu:

«Que sendo sindicato nacional tem por isso entrada na Confederação».

Quando reuniu o Conselho Confederal, após o Congresso de Coimbra, diferentes organismos impugnaram a situação de sindicatos nacionais aos organismos dos arsenais, fundamentados na sua estrutura e em que não tinha o Congresso tomado uma deliberação clara e concludente em tal sentido.

Outros opuseram àquelas razões a de que, tendo aquele Congresso aceitado a resposta do relator da tese sobre organização, e que considerava aqueles organismos como nacionais, é porque achou aquela interpretação boa e, sendo assim, tal facto equivalia a uma resolução, que, como tal, só outro congresso poderia modificar.

E nessas condições o C. G. T., na sua sessão de 25 de Junho de 1920, aprovou uma moção com as seguintes conclusões:

1.º O Conselho Confederal, para que com fundamento não possa ser acusado de invadir as atribuições dos congressos, aceita o critério sancionado pelo Congresso de Coimbra em relação aos sindicatos dos arsenais.

2.º Que a questão seja submetida à consideração do próximo Congresso Nacional, que sobre ela se pronunciará definitivamente, como de direito, de maneira a pôr termo a todas as dúvidas.

Por esta resolução, que é inofensível, aqueles sindicatos ficaram na posição de «nacionais» transitória, sujeitos à decisão do futuro congresso. A C. G. T. não tem, portanto, que restituir; tem que acatar e cumprir resoluções dos congressos.

tos, tal como os referidos sindicatos, que aceitaram, também só transitariamente, aquela posição.

No Congresso da Covilhã, que foi o que se lhe seguiu, não foi tomada deliberação alguma sobre a questão por a mesma estar incluída nos números da tese «Organização Social Sindicalista» que baixaram à C. G. T. para estudo, a fim-de este ser submetido ao exame do congresso seguinte.

Este foi o de Santarém. O n.º XXI da «Organização Social Sindicalista», votado neste congresso e que se refere à questão, ficou assim redigido:

«Os sindicatos nacionais e os regionais consistem na associação de todos os indivíduos que exercem a sua profissão, ofício ou mister, na mesma indústria ou serviços que, pela sua natureza especial, não permitam a fixação local e permanente dos mesmos indivíduos e as actividades são consequentemente interdependentes, ou quando é diminuído o número de indivíduos duma determinada indústria, disseminada pelo país.»

E como que a corroborar e esclarecer aquele número foi igualmente aprovada mais a seguinte moção:

«O congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunstâncias limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Estas são as resoluções sobre a questão. O enunciado da documentação supra demonstram não se tratar de deliberações esporádicas, de ocasião, destinadas a anular pretensões direitos. São a sequência lógica duma situação indefinida, que se manteve graças a circunstâncias ocasionais, solíveis a todo o tempo, como sucedeu.

O comité confederal publicando a sua «nota» de 1 de Março quis apenas contribuir para a cessação de motivos aparentes que os scissionistas jogavam para justificar a sua atitude hostil contra a C. G. T. O comité confederal, ao apresentando a última resolução do congresso, assumiu uma responsabilidade grave. Ele quis demonstrar que, se por parte da organização confederal não houve sequer a intenção de ferir direitos adquiridos, tampouco existia essa intenção para obter ao seu regresso na C. G. T. Ele quis, ainda, demonstrar que a organização confederal, porque é fiel às resoluções ideológicas dos seus congressos, não recia o embate de opiniões, não receia mesmo a fiscalização dos actos dos militantes investidos de cargos confederais. E procurou uma fórmula que permitisse uma aproximação sincera e honesta.

O Comité Confederal, procedendo daquele modo, permitiu que toda a gente pudesse apreciar, em face de declarações públicas, quanto havia de intencional e de mau no procedimento dos elementos que têm pretendido conduzir a organização confederal ao caos.

Se fosse honesta a intenção daqueles elementos, teriam eles contribuído com actos para a aceitação da formula apresentada pelo Comité Confederal sem mais discussões, embora estivesse com uma responsabilidade que, depois de prestar contas dela ao Conselho, teria ainda que pela mesma responder em Congresso.

Mas ao Comité animou-o o sincero desejo de contribuir para a unificação de forças dispersas e desavindas. O mesmo espírito não animou os elementos da I. S. V.

—Impozeram uma condição — o voto proporcional — que é incompatível, moralmente, com o espírito libérrimo da organização sindical portuguesa.

—Impozeram a condição de o seu organismo ser considerado nacional, sabendo que só transitariamente gosavam essa situação.

E teriam imposto outras condições se não existissem aquelas, unicamente para se manterem em franca oposição à C. G. T.

A «Nota» do Comité Confederal teve o condão de provocar uma manifestação pela qual se comprova a má vontade, a muito revelada mas sempre negada, contra o espírito de união dos trabalhadores por parte dos partidários da I. S. V.

\*\*\*

Não poz o Comité Confederal condições algumas para o regresso na C. G. T. dos organismos do Pessoal dos Arsenais. E no entanto a C. G. T. teria o direito de exigir:

1.º A retratação pura e simples das acusações, calúnias e injúrias que gratuitamente lhe têm sido dirigidas, assim como aos seus militantes;

2.º O retorno aos princípios sindicais dos órgãos corporativos que se desviaram do espírito de defesa das suas classes para se converterem em órgãos ou semi-órgãos da Internacional da scisão;

3.º O respeito pelos princípios sindicais revolucionários consignados em decisões de congressos que os organismos e jornais scissionistas votaram e defenderam; e, dentro deste ponto de vista, comum a toda a organização operária portuguesa;

4.º Uma sincera, leal e honesta colaboração na obra franca e inofensivamente emancipadora e libertária do proletariado português, combatendo tudo quanto, favorecendo programas de partidos políticos contribua para a conservação da opressão e exploração do homem pelo homem, pois que o mantém preso à engrenagem política e capitalista do regime burguês.

\*\*\*

A C. G. T. dispensa-se de voltar ao assunto. Respeitando integralmente as decisões dos congressos, que não é obra dos delegados ao Conselho Confederal, mas de todos os organismos representados naquelas magnas assembleias, a C. G. T. cumpre apenas o seu dever. E em cumprimento do mesmo declara que as portas confederais.











